



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

ATA DA 22ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

1 Às 9 horas do dia 12 de junho de 2001, na sala 605 do edifício-sede do Arquivo
2 Nacional, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Plenário do CONARQ, estando presentes os
3 seguintes Conselheiros: Jaime Antunes da Silva, Presidente; representantes do Poder
4 Judiciário Federal: Rosemary de Almeida, do Supremo Tribunal Federal (titular) e
5 Jacqueline Neiva de Lima, do Superior Tribunal de Justiça (suplente); representantes do
6 Poder Legislativo Federal: Francisco Maurício da Paz, do Senado Federal (titular) e
7 Kátia Isabelli de Bethânia Melo de Souza, da Câmara dos Deputados (titular);
8 Representantes de Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal: Geraldo Mártires
9 Coelho, do Arquivo Público do Estado do Pará (titular) e Zeneide de Sousa Pantoja, do
10 Arquivo Público do Distrito Federal (suplente); Representante dos Arquivos Públicos
11 Municipais: Júnia Guimarães e Silva, do Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro
12 (titular), Representante da Associação dos Arquivistas Brasileiros: Mariza Bottino
13 (titular); Representante de instituições mantenedoras de curso superior de arquivologia,
14 Maria Odila Kahl Fonseca, da Universidade Federal Fluminense (titular); representantes
15 de instituições não-governamentais da área de ensino, pesquisa, preservação ou acesso a
16 fontes documentais: Lana Lage Gama Lima, da Associação Nacional de Professores de
17 História - ANPUH (titular); Maria Celina D'Araújo, da Associação Nacional de Pós-
18 Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS (titular); Luciana Quillet
19 Heymann, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
20 - CPDOC (titular). Justificaram suas ausências: Luiz Augusto da Paz, do Ministério da
21 Defesa, que designou o Capitão Mac Amaral Cartaxo para substituí-lo, sem direito a
22 voto por não ser membro do CONARQ; Oswaldo Noman, do Ministério do
23 Planejamento, Orçamento e Gestão; Wadson Silva Faria, do Tribunal Superior Eleitoral,
24 substituído por sua suplente, Jacqueline Neiva de Lima, do Superior Tribunal de Justiça
25 (suplente); Jessie Jane Vieira de Sousa, do Arquivo Público do Estado do Rio de
26 Janeiro; Sueli Petry, do Arquivo Histórico de Blumenau. Foi convidada para secretariar

27 os trabalhos da 22ª reunião do CONARQ, Marilena Leite Paes, assessora do Diretor-
28 Geral do Arquivo Nacional. Abrindo a sessão, o Presidente colocou em pauta os dois
29 itens pendentes da reunião da véspera, a saber: Reformulação das Câmaras Técnicas de
30 Documentos Eletrônicos e de Conservação de Documentos, e criação de Grupo de
31 Trabalho para elaboração de normas para organização de acervos acumulados, proposta
32 por um grupo de arquivistas de Brasília. O Presidente procedeu, então, à leitura da
33 proposta de Brasília, colocando a matéria em discussão. A Conselheira Izabel
34 manifestou-se contrária à criação do Grupo de Trabalho, informando que o fórum
35 adequado para estudo e discussão deste assunto são as Câmaras Técnicas de Avaliação e
36 Classificação de Documentos, das quais, aliás, duas signatárias da proposição são
37 membros. A Conselheira Lana também manifestou-se contra a criação de Grupo de
38 Trabalho por entender que um grupo isolado de pessoas que não se qualificaram não
39 pode falar em nome dos arquivistas de Brasília. A Conselheira Celina sugeriu, então,
40 que o assunto fosse encaminhado, conforme observação da Conselheira Izabel, para
41 exame das Câmaras Técnicas mencionadas. Em seguida, o Presidente falou sobre a
42 reformulação das Câmaras Técnicas (item 11 da Agenda da 21ª Reunião), abordando
43 em primeiro lugar, a de Documentos Eletrônicos, destacando sua importância para fazer
44 face às demandas dos programas de Governo nessa área. Ressaltou a necessidade de
45 criarmos um grupo forte para que o CONARQ se posicione face à gestão de
46 documentos eletrônicos e à gestão eletrônica de documentos. A referida Câmara poderá
47 se necessário, funcionar em qualquer ponto do país ou, ainda, podem ser criados grupos
48 em diversas unidades da federação. Concluiu solicitando sugestões aos Conselheiros.
49 Prosseguindo, informou sobre a necessidade de se reformar, também, a Câmara Técnica
50 de Conservação de Documentos, que deverá contar com a participação de engenheiros,
51 uma vez que se pretende dar prosseguimento aos estudos sobre construção e adaptação
52 para arquivos, especialmente em países tropicais. Continuando, discorreu sobre o
53 projeto de preservação de documentos e segurança de arquivos, de autoria da Srª Maria
54 Aparecida Remédio, da Universidade de Campinas. Em continuação, o presidente deu
55 notícia sobre a distribuição da publicação Subsídios para a implantação de uma política
56 municipal de arquivos, bem como sobre algumas iniciativas que vêm sendo examinadas
57 pela Coordenação do CONARQ, para dar ampla divulgação da mesma, como por
58 exemplo, a inclusão de encartes nos Diários Oficiais dos estados. O Conselheiro
59 Geraldo sugeriu que, nesses encartes, ao se recomendar a criação dos Arquivos
60 Municipais, o público-alvo fosse alertado de que Arquivo Municipal não é a mesma

61 coisa do que Arquivo da Câmara ou Arquivo da Prefeitura. O especialista Carlos Ditadi,
62 da Coordenação do CONARQ, lembrou, ainda, que a Lei de responsabilidade fiscal
63 pode ser avocada como mais um elemento de estímulo à criação dos Arquivos
64 Municipais, vez que o Poder Público depende dos documentos por ele produzidos /
65 recebidos / acumulados, devidamente organizados, para dar cumprimento aos
66 dispositivos estabelecidos na referida Lei. Em seguida, o Presidente deu notícias sobre a
67 V Reunião Conjunta da COLUSO, ocorrida em Lisboa e Coimbra, de 14 a 16 do mês de
68 maio passado, quando se tratou, entre outros assuntos, da possibilidade de se realizar,
69 em Portugal, um censo de arquivos, inspirado no Censo de Arquivos Brasileiros.
70 Comunicou, também, que, na próxima Cimeira, que ocorrerá em setembro próximo,
71 será assinado o novo Protocolo de Colaboração entre Brasil e Portugal. Informou,
72 igualmente, que o convênio firmado com a UERJ para concessão de 50 bolsas de
73 estágio para alunos de História, que vêm participando do desenvolvimento dos projetos
74 aprovados pela Seção Brasileira da COLUSO nas seguintes instituições: Arquivo
75 Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Exército,
76 Biblioteca Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O Presidente falou,
77 ainda, dos próximos eventos que estão programados para 2001. O Conselheiro Geraldo
78 pediu a palavra para informar sobre a participação do Estado do Pará no Projeto
79 Resgate. Já foram microfilmados, no Arquivo Ultramarino, um milhão de fotogramas de
80 interesse para o Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Dando prosseguimento aos
81 trabalhos, o Presidente apresentou a S^a Maria Nazareth Freitas Pereira, convidada para
82 falar aos Conselheiros sobre o Programa Sociedade da Informação - SOCINFO, bem
83 como sobre o FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
84 Antes de iniciar sua palestra, a Sr^a Nazaré esclareceu, para evitar confusão, que o FUST
85 não é do Programa Sociedade da Informação; é do Ministério das Comunicações. Como
86 na Portaria que dispõe sobre o fundo, as bibliotecas foram incluídas como suas
87 beneficiárias e, considerando que o Ministério das Comunicações não entende nada de
88 biblioteca, delegou ao Ministério da Ciência e Tecnologia a atribuição de cuidar da
89 matéria. Este, por sua vez, delegou ao Programa Sociedade da Informação - SOCINFO
90 e ao Ministério da Cultura a incumbência de distribuir os 10 mil pontos de acesso
91 previstos. Feitos esses esclarecimentos a Sr^a Nazareth deu início a sua palestra, que ,
92 juntamente com as intervenções e formulações de questões dos Conselheiros,
93 encontram-se gravadas na íntegra; as fitas foram arquivadas no CONARQ e estão à
94 disposição dos interessados. Entretanto, de sua explanação merecem destaque alguns

95 esclarecimentos prestados sobre a viabilidade dos arquivos serem contemplados no
96 programa do FUST. A palestrante esclareceu que, na sua opinião, há espaço para os
97 arquivos entrarem no programa, vez que foram incluídos, mesmo que seja um contra-
98 senso conceitual, entre as instituições de difusão cultural. Nesse sentido, sugere que seja
99 feito contato com o Sr. Sólton Lemos de Brito, do Ministério do Planejamento,
100 Orçamento e Gestão, para examinar as possibilidades de aplicação de recursos do FUST
101 na área dos Arquivos. Quanto à inclusão no Programa SOCINFO, os arquivos poderiam
102 se associar às bibliotecas, considerando a afinidade de sua missão, vez que também são
103 responsáveis pela guarda, tratamento e difusão de acervos documentais. É interessante
104 lembrar que os equipamentos a serem fornecidos pelo programa não se destinam ao
105 processamento técnico de documentos, e sim a sua utilização pela comunidade, com o
106 objetivo de, através dos pontos de acesso instalados nas instituições, disponibilizar suas
107 informações que, algumas vezes podem ter pouco valor histórico, mas tem enorme valor
108 para o Programa, na medida em que coloca um candidato a cidadão em contato com a
109 tecnologia, com a rede e com o que ela possibilita. Sobre as possibilidades de inserção
110 dos arquivos, lembrou ainda que, dentre as contribuições da comunidade à consulta
111 pública sobre a Portaria do FUST, encontra-se um interessante pronunciamento sobre os
112 arquivos, assinado por Sérgio Góes, coordenador do Grupo de Trabalho de
113 Universalização e que contou com a sua colaboração, ficando assim demonstrada a
114 preocupação da equipe responsável pelo desenvolvimento desses trabalhos com os
115 arquivos. Indagada se, na sua opinião, existe uma brecha para a inclusão dos arquivos e,
116 caso ela existia, como o CONARQ poderia atuar como agente provocador dessa
117 questão, a conferencista respondeu que valeria a pena um contato do Conselho com o
118 Ministério da Ciência e Tecnologia, em Brasília, para que todas as questões levantadas
119 pela comunidade arquivística sejam encaminhadas para estudo daquele Ministério e
120 examinada a sua inclusão no Programa. Concluídas as indagações, o Presidente
121 agradeceu a participação da Sr^a Maria Nazareth, que apresentou, com objetividade e
122 brilhantismo, valiosas informações sobre o FUST e a SOCINFO, convidando-a a
123 permanecer com os Conselheiros para participar da apresentação das sugestões da
124 comunidade arquivística a serem incluídas no documento final do Programa SUCINFO,
125 sob o título de "Livro Branco", pelos Srs. José Maria Jardim e Carlos Augusto Silva
126 Ditadi. A propósito, a Sr^a Maria Nazareth informou que tem a impressão de que não
127 teremos um "Livro Branco" como tivemos o "Livro Verde" com todas as ações.
128 Acredita que teremos segmentos de questões contempladas, ou não, no "Livro Verde",

129 transformadas em "Livro Branco". Passou em seguida ao último item de pauta, acima já
130 enunciado, mencionando os nomes dos membros que integraram a Comissão Especial
131 designada pela Portaria nº 47, de 16 de fevereiro de 2001, para examinar o Livro Verde
132 do Programa da Sociedade da Informação no Brasil e apresentar sugestões.
133 Continuando, solicitou ao Prof. José Maria ou a Sr^a Marilena, que estiveram envolvidos
134 no trabalho para fazerem um resumo do mesmo, já que todos receberam o texto com
135 antecedência para habilitar os Conselheiros a apresentarem suas sugestões não só sobre
136 seu conteúdo como também sobre sua forma, para que, definido o texto, e se aprovado,
137 possamos encaminhá-lo imediatamente à Secretária Adjunta da Secretaria Executiva do
138 Ministério da Ciência e Tecnologia, com cópia para o Ministro Parente. A seguir,
139 passou a palavra ao Prof. José Maria Jardim e posteriormente aos demais membros da
140 Comissão que desejassem apresentar suas considerações. Iniciando, José Maria
141 informou que a idéia básica que norteou a elaboração do documento decorreu das
142 lacunas encontradas no Livro Verde e que a equipe deveria fazer uma aproximação
143 conceitual e justificar a inclusão do universo de informação arquivística dentro da lógica
144 do Livro Verde. Portanto, a introdução do documento procurou caracterizar essa
145 questão, chamando a atenção para o fato de que a maioria de Programas da Sociedade
146 da Informação em diversos países privilegia quatro formas de inserção dos arquivos no
147 conjunto de suas ações: 1- a democratização da informação arquivística como estratégia
148 para ampliação da transparência do Estado e seu controle pela sociedade; 2-
149 democratização do acesso à Internet através dos arquivos públicos; 3- a digitalização
150 dos acervos arquivísticos de forma a ampliar seu uso social através de redes de
151 informação; 4- preservação de documentos eletrônicos, considerando a memória
152 coletiva na sociedade da informação. Aqui no Brasil, os arquivos ou passam ao largo ou
153 se apresentam de forma diluída. Temos procurado espaço na diluição. Por outro lado, no
154 Livro Verde, uma das críticas que se levanta diz respeito a um certo reconhecimento dos
155 arquivos como patrimônio cultural, enquanto - no Capítulo 6 - dedicado ao Governo,
156 onde a questão da informação é fundamental, eles são completamente negligenciados.
157 Assim, tentamos mostrar isso no documento, apresentando algumas proposições como
158 compatibilização da legislação, ações estruturais, incluindo, em anexo, informações
159 sobre o Arquivo Nacional, o Sistema Nacional de Arquivos e o Conselho Nacional de
160 Arquivos, bem como informações sobre o Censo Nacional de Arquivos Brasileiros,
161 públicos e privados. Pelas suas características, este Censo se integra muito bem dentro
162 das perspectivas do Programa Sociedade da Informação. Resumindo, a idéia do

163 documento é basicamente torná-lo uma manifestação do CONARQ junto aos
164 formuladores das políticas relacionadas com a SOCINFO. O assunto requer urgência e
165 temos que ser mais agressivos. Trata-se de um documento despretensioso de um lado e
166 pretensioso de outro, na medida em que se pleiteia a inserção dos arquivos no Programa
167 da Sociedade da Informação. A expectativa é de que o documento seja aprovado pelo
168 Plenário do CONARQ, e encaminhado imediatamente a quem de direito para que possa
169 produzir resultados em curto espaço de tempo. Concluindo, lembrou que há necessidade
170 de se buscar todos os meios para ressaltar a importância dos arquivos. A seguir, o
171 Presidente informou que, como o texto havia sido encaminhado com antecedência aos
172 Conselheiros, seria dispensada a leitura do documento, solicitando então, que
173 apresentassem as observações, proposições, alterações julgadas oportunas. A
174 Conselheira Izabel solicitou maiores esclarecimentos sobre a proposição apresentada em
175 relação ao Quadro Jurídico. José Maria explicou que a inclusão dessa proposta tem por
176 objetivo evitar que a discussão da dimensão legal do documento eletrônico ocorra de
177 forma não compatível com o que o país já tem de legislação arquivística. O Livro
178 Verde, quando fala em Governo, cita elementos relativos à certificação e autenticação
179 nas transações Governamentais, como um dos objetos do programa, mas passa ao largo
180 das questões arquivísticas. A idéia foi destacar a necessidade, do ponto de vista jurídico,
181 que esses dispositivos jurídicos que estão saindo agora para sustentar a questão da
182 informação em meio eletrônico, levasse em conta a legislação arquivística em vigor. A
183 propósito, o Presidente informou que, nos contatos com a Subchefia para Assuntos
184 Jurídicos da Presidência da República, sente que eles não têm identidade com a Lei de
185 Arquivos, e que a partir da mesma podem ser definidas ações relativas ao mundo da
186 informação. Parece que não entendem que documento eletrônico é documento
187 arquivístico. Ilustrando essa afirmativa, passou a enumerar várias ocasiões em que tal
188 postura ficou evidenciada. Assim, julga da maior importância a inclusão no trabalho do
189 item referente a Quadro Jurídico para que seja um alerta efetivo para o grupo que vai
190 discutir segurança da informação, chave pública, etc. A seguir, o Presidente indagou se
191 mais alguém teria algum comentário a fazer. O Sr. Carlos Ditadi, um dos autores do
192 documento, sugeriu que sejam acrescentadas no item Quadro Jurídico as expressões
193 acesso e preservação a longo termo, ficando a última frase assim redigida: "bem como a
194 garantia da segurança, proteção de dados, acesso e preservação a longo termo".
195 Colocado o assunto em discussão, optou-se pela manutenção do texto original, vez que
196 o item menciona a legislação arquivística brasileira que já contempla as duas funções.

197 Não havendo mais nenhuma proposição, o texto foi considerado aprovado. O Prof. José
198 Maria sugeriu que, tão logo haja possibilidade, este texto seja disponibilizado no site do
199 CONARQ, o qual será de grande importância para os arquivos e outras instituições de
200 documentação. Em seguida, a Conselheira Kátia lembrou que, quando se procedeu à
201 leitura da pauta da reunião de ontem, a questão de Decreto nº 2.134, que trata de
202 documentos sigilosos, ficou de ser retomada hoje e sobre o qual ela gostaria de maiores
203 esclarecimentos a propósito de sua aplicabilidade ao Poder Legislativo Federal, em
204 decorrência do novo decreto de consolidação dos dispositivos que regulamentam a Lei
205 nº 8.159 / 1991, e face à Resolução nº 29 da Câmara, que trata dessa matéria no âmbito
206 daquela casa. O Presidente prestou amplo esclarecimento e concluiu afirmando que,
207 embora os prazos estabelecidos na Resolução da Câmara sejam menores do que os do
208 Decreto 2.134, julga não haver conflito nenhum pois os prazos estabelecidos na
209 Resolução nº 29, seguem os padrões da legislação. Prosseguindo, fez algumas
210 considerações finais e sugeriu que se estabelecesse, em princípio, uma data para a
211 próxima reunião, levando em consideração as datas dos eventos programados e que se
212 encontram arrolados na lista que receberam. O assunto foi amplamente discutido,
213 ficando estabelecidos os dias 22 e 23 de novembro. Antes do encerramento, a
214 Conselheira Mariza pede a palavra para manifestar seus agradecimentos e os de Maria
215 Hilda Pinto de Araújo, representantes da AAB, pela oportunidade de participarem do
216 CONARQ já que, após dois mandatos, estão deixando a direção da AAB e, em
217 consequência os cargos de Conselheiras. O Presidente, agradeceu, então, a participação
218 de todos e, em especial da Srª Maria Nazaré que gentilmente se prontificou a vir nos
219 falar sobre o FUST e o Programa Sociedade da Informação. A Srª Maria Nazaré pediu a
220 palavra para dar uma informação que julga de maior importância. O Programa
221 Sociedade da Informação tem um programa de cidades digitais e esse projeto exigiu a
222 ida aos arquivos. Numa dessas idas, Evandro, que é o coordenador do projeto, foi ao
223 Arquivo Estadual de São Paulo, onde encontrou manuais de arquivo, mostrando-os ao
224 Tadao, e, então o programa está em articulação com o Arquivo Estadual de São Paulo
225 para aproveitamento desses materiais em CDs. Julga que alguns desses documentos
226 foram feitos pelo Arquivo Nacional ou em co-autoria. O Presidente solicitou que nos
227 fosse indicado quais são esses materiais pois é importante que eles sejam analisados
228 para verificar se estão atualizados. Nazaré informou que, no momento o assunto ainda
229 está em fase de negociação dos títulos que poderão ser atualizados nos programas de
230 treinamento. Tão logo tenha informações mais precisas nos dará conhecimento. Isto só

231 atesta o interesse do Programa SOCINFO pela questão arquivística que, embora não
232 contemplada no Livro Verde pelas razões que José Maria tão bem expõe, com certeza
233 faz parte do desdobramento das linhas específicas de ação que estão sendo seguidas
234 agora. Finalizando, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos, dando
235 por encerrada a sessão, e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai
236 por mim assinada e pelo Presidente.